



Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

PRO CRIANÇA CARDÍACA
CNPJ: 10.489.487/0001-71



SUMÁRIO

	<u>Páginas</u>
Relatório da Administração	03
Relatório dos Auditores Independentes	09
Balanco Patrimonial	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	15
Demonstração dos Fluxos de Caixas	16
Notas Explicativas	17



PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71

Senhores Conselheiros,

A Administração do Pro Criança Cardíaca (Entidade) submete à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras da Entidade, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1) Mensagem da Administração

“Quando conseguimos nos doar, caminhamos para a grandeza.”

Somos uma partícula deste universo atingida violentamente por tudo que envolve o nosso planeta. Também somos pessoas no plural, não conseguimos nada sozinhos. Tudo o que fazemos, dependemos dos outros.

É uma realidade que certamente incomoda, às vezes, principalmente quando precisamos amadurecer muito cedo, como aconteceu comigo. Mas, também, pode reforçar nossa fé na humanidade. E saber que só conseguimos avançar juntos não significa nos afastar da nossa própria base. Foco, determinação e perseverança são essenciais para direcionar nosso caminho individual.

Ter esses pilares muito claros em mente me trouxe uma grande certeza: é necessário acabar com a cultura do apagar incêndio tão reinante em nosso país. Essa certeza ficou ainda mais evidente no momento em que nos deparamos com o coronavírus e passamos a precisar de uma sociedade unida em nível local, nacional e mundial.

Sou médica e, durante a pandemia, busquei retribuir o que aprendi com o projeto social que tanto me ajudou, o Pro Criança Cardíaca. Posso dizer, com convicção, que somente a medicina não conseguiria resolver uma pandemia desta magnitude.

Não se trata apenas de salvar vidas em hospitais, mas, sim, de se ocupar com quem está em casa e sofreu com o isolamento, com quem está nas ruas e sequer tem comida, abrigo ou água. Trata-se de se ocupar do ser humano. Ciência e filantropia precisam andar juntas.

Quando conseguimos nos doar, caminhamos para a grandeza, a grandeza que é cuidar do ser humano, o nosso propósito final. Servir é um privilégio.

O momento é de muita reflexão para melhorarmos como pessoas e construirmos um mundo melhor para as próximas gerações. Um mundo altamente competitivo aguça a vaidade e a vontade de se destacar. Se isso for usado para o bem do ser humano, a semente plantada dará bons frutos.

Nesses dois anos, muitos despertaram para a caridade, olharam para si, buscaram significados para a própria existência e encontraram respostas na ajuda ao próximo. Espero que este seja um caminho sem volta, de mais solidariedade.

Falando sobre a importância da generosidade e da solidariedade revisito a minha própria história. Muito cedo assumi as rédeas da minha vida e me tornei uma criança forte. O meu futuro a mim pertencia. Muito cedo também brotou em mim a vontade de ser médica. Tinha uma vontade imensa de ajudar os outros. De ser correta.

Também sempre lutei para exercer a Medicina que considero digna para todos, independentemente do poder aquisitivo. Sem poder ignorar o choro dos pais com medo de perder seus filhos, fundei o Pro Criança Cardíaca em 1996 e trabalho com afinco para manter essa instituição que cuida da criança cardíaca carente.

O que me levou a tudo isto foi a vontade de servir ao próximo.

Desejo que, depois da situação inimaginável que enfrentamos com a pandemia de Covid-19, ao menos os corações se tornem mais generosos. O caminho sempre será cheio de obstáculos e é preciso agarrar-nos aos nossos princípios para sonhar, idealizar e realizar.

Dra. Rosa Celia
Fundadora e Presidente do Pro Criança Cardíaca



2) Perfil da Entidade e Descrição das Operações

Fundado em 1996 pela cardiologista Dra. Rosa Celia, o Pro Criança Cardíaca atua no terceiro setor, proporcionando a prestação de serviços de saúde de excelência às crianças carentes portadores de cardiopatia que não possuem acesso à rede privada de saúde. Embora desde 2019 a Entidade não possua qualquer vínculo com o poder público municipal, estadual ou federal, a maior parte dos pacientes atendidos chegam à Entidade com o encaminhamento da rede pública (SUS).

A Entidade atua hoje com quatro unidades de negócio: (i) consultas e exames cardiológicos ambulatoriais (ECG e Ecocardiograma), realizados em sua sede; (ii) consulta com especialistas e realização de exames em clínica parceira; (iii) realização de exames, cirurgias e outros procedimentos invasivos, realizados no Hospital Pediátrico Pro Criança Jutta Batista; e (iv) assistência social prestada às famílias dos pacientes da Entidade. Todas as atividades da Entidade são custeadas por doações de pessoas físicas e jurídicas que contribuem de forma regular ou esporádica, com recursos financeiros e itens de uso e consumo, tais como: medicamentos, materiais, cestas básicas, leite em pó, brinquedos, itens de higiene pessoal e outros.

Em outubro de 2014, a Entidade inaugurou o Hospital Pediátrico Pro Criança – Jutta Batista. A gestão deste empreendimento pela Entidade encerrou-se em março de 2019, com o início do contrato de arrendamento celebrado com a empresa Hospitais Integrados da Gávea – Clínica São Vicente (CSV), integrante do grupo econômico da Rede D'Or São Luiz S.A. Como contrapartida pelo arrendamento, a Entidade recebe mensalmente: (i) o pagamento da taxa de arrendamento; e (ii) o direito de executar procedimentos conforme abaixo:

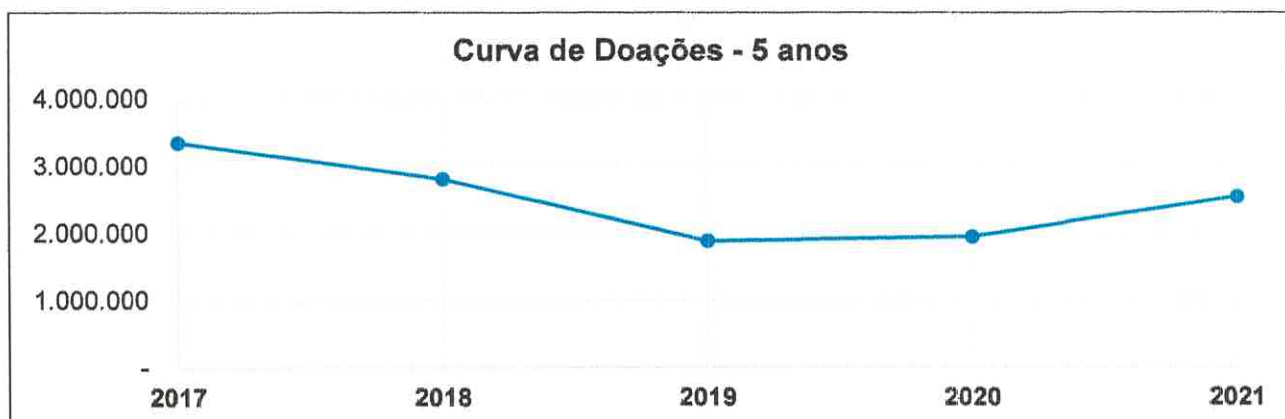
- 2 Cateterismos Diagnósticos;
- 2 Cateterismos Terapêuticos;
- 2 Cirurgias Cardíacas;
- 4 Ultrassons;
- 4 Tomografias; e
- 50 Exames Laboratoriais.

Os procedimentos que porventura ultrapassem os termos acima, são considerados procedimentos adicionais e faturados pela CSV contra a Entidade. Estas crianças são tratadas como pacientes particulares e seus atendimentos são financiados integralmente com os recursos da Entidade, conforme previsão contratual. Para procedimentos não previstos no contrato de arrendamento ocorrem negociações individuais entre a CSV e a Diretoria Médica da Entidade, como por exemplo, cirurgias odontológicas em pacientes especiais.

3) Desempenho Operacional

Em 2021 o Pro Criança Cardíaca celebrou a vida. Após vivermos um dos anos mais desafiadores para a humanidade na História recente, o ano que marca os 25 anos da realização de um sonho da Dra. Rosa Célia, ficou também conhecido como "o Ano da Vacina". Mesmo assim, apesar dos grandes avanços no combate à pandemia, o Brasil viu crescer a crise econômica e a taxa de desemprego em todo o país, elevando o número de famílias em situação de vulnerabilidade social e aumentando a demanda por organizações sociais que proporcionem o necessário para a manutenção da vida com dignidade. Por outro lado, o terceiro setor também viu a solidariedade crescer. Muito embora a maior parte deste crescimento tenha se destinado à Associações e Institutos engajados na "linha de frente" do combate a pandemia, organizações que atuam – das mais diversas formas – com assistência social, puderam perceber o crescimento em sua receita de doações.

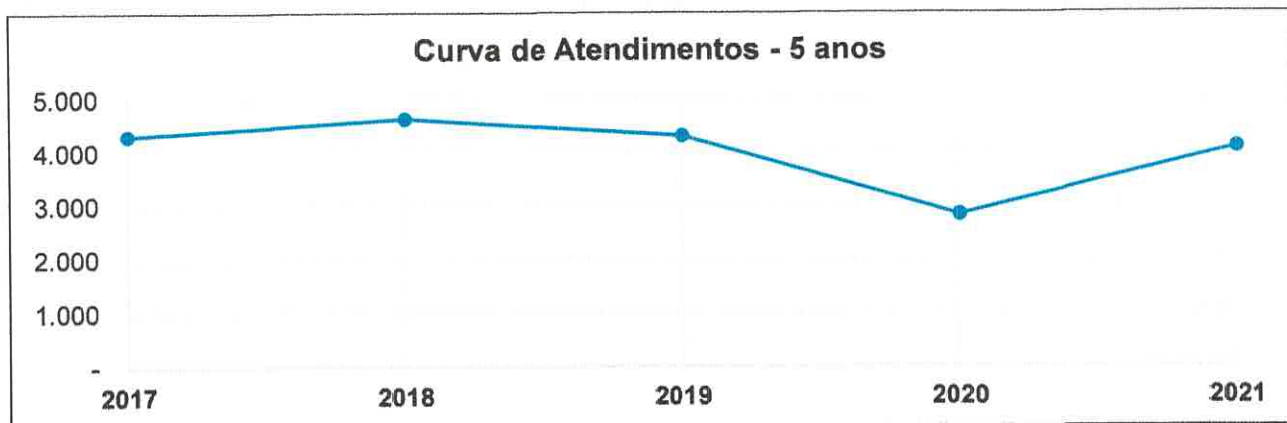
Não foi diferente com o Pro Criança. Considerando os efeitos do contrato de arrendamento e do fim da gestão do Hospital Pediátrico Pro Criança Jutta Batista, a Entidade optou por adotar como principal indicador a receita total de doações onde observou uma grande alavancagem no saldo, revelando-se 38% superior ao patamar alcançado no ano anterior. Da mesma forma, o resultado superavitário, duas vezes e meia superior ao de 2020 – grande parte em decorrência do ajuste a valor justo do imóvel arrendado – obtido no contexto de pandemia, assegura a eficiência da Entidade em seu segundo exercício operando apenas as unidades de negócio da sede.



Os serviços assistenciais da Entidade, fortemente impactados pela pandemia em 2020 retornaram ao patamar anterior. O aumento de 44% no número total de atendimentos em relação a 2020, se deve ao esforço conjunto da direção e da equipe médica da Entidade em ampliar os atendimentos, adotando novas medidas, tais como:

- (i) remarcação ativa de consultas e viabilização de transporte aos pacientes com dificuldades de acesso;
- (ii) expansão da equipe médica, com a inclusão de mais uma profissional médica;
- (iii) ampliação dos atendimentos de especialidades auxiliares, através da contratação de nutricionista;
- (iv) parceria celebrada com o Instituto Reação, para avaliação cardiológica pediátrica de jovens atletas; e
- (v) avanço no relacionamento com pediatras e cardiologistas do Hospital Federal da Lagoa, Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro, Hospital Pedro II e com outras instituições hospitalares de pacientes com indicação cirúrgica.

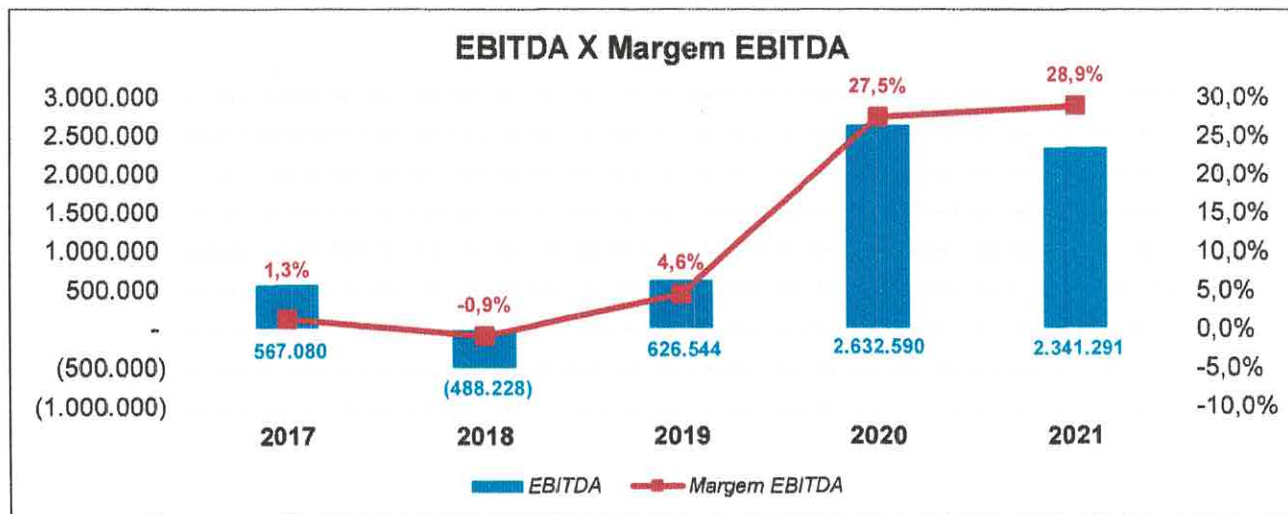
A Entidade repetiu em 2021 o critério de reconhecimento do saldo de atendimentos do ano anterior, observando a prática efetiva do mercado de saúde que reconhece como atendimentos distintos, a consulta e os exames.



4) Resultados Financeiros 2022

A receita total em 2021 foi de R\$ 16,3 milhões, um aumento de 43% em relação aos R\$ 11,4 milhões de 2020. O déficit bruto em 2021 foi de R\$ 1,1 milhões, uma considerável inversão no cenário econômico-financeiro da Entidade em relação ao superávit bruto de R\$ 2,3 milhões de 2020, causada pelo aumento substancial de procedimentos hospitalares realizados em 2021.

O ano de 2020, é o segundo a ser apresentado sem efeito da prestação de serviços hospitalares, agora sob gestão da CSV. Até então, as últimas demonstrações financeiras apresentadas, sem nenhum efeito da operação hospitalar, foram encerradas em 31 de dezembro de 2013. Naquela ocasião, a receita total da Entidade foi de R\$ 3,1 milhões – e o resultado apurado no exercício foi um déficit de R\$ 0,8 milhões.



O EBITDA foi de R\$ 2,3 milhões em 2021, apresentando pequena redução de R\$ 0,3 milhões em comparação com os R\$ 2,6 milhões gerados em 2020, acompanhado de leve aumento (1,4%) na margem EBITDA que passou de 27,5% em 2020 para 28,9% em 2021.

Estes resultados, interpretados em conjunto, demonstram que a Entidade está se mantendo eficiente e produtiva.

5) Principais Indicadores de Liquidez e Endividamento

Os indicadores apresentados abaixo apontam para uma sólida situação financeira da Entidade:

	Liquidez		Endividamento	
	2021	2020	2021	2020
Corrente	4,80	34,84	98,3%	28,7%
Geral	4,87	10,10	1,6%	10,0%

6) Mensuração do Impacto Social

Em dezembro de 2021, a Entidade realizou pesquisa mercadológica a fim de avaliar o montante do impacto causado através de seus atendimentos e exames ambulatoriais, realizados em sua sede. As premissas adotadas e o resultado obtido apresentam-se a seguir:

- Foram consultadas 8 clínicas cardiológicas que atendem pacientes pediátricos na zona sul do município do Rio de Janeiro;
- Para fins de melhor adequação, foram pesquisados separadamente: consulta cardiológica, ecocardiograma e eletrocardiograma; e
- Aplicando o valor médio apurado, à produção de atendimentos ambulatoriais na sede do projeto:

Valor Médio dos Atendimentos Ambulatoriais			
	Atendimentos Realizados	Valor Médio	Impacto Gerado
Consulta	1.521	R\$ 291,43	R\$ 443.258,27
Ecocardiograma	1.152	R\$ 301,83	R\$ 347.702,40
Eletrocardiograma	845	R\$ 60,51	R\$ 51.129,89
Total	3.518	R\$ 653,76	R\$ 842.090,56



7) Governança Corporativa

Em 2021 vivemos também um ano decisivo para a Governança do Pro Criança Cardíaca. Com a renovação dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, foi possível melhorar nossos Índices de Governança e aplicação de melhores práticas, através da realização de reuniões de Conselho conforme calendário abaixo:

- **Reunião 01/2021**
Data: 31 de março de 2021
Órgão: Conselhos Deliberativo e Fiscal
Pauta: Aprovação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e outros assuntos.
- **Reunião 02/2021**
Data: 17 de agosto de 2021
Órgão: Conselhos Deliberativo, Fiscal e Consultivo
Pauta: Apresentação Institucional aos Novos Conselheiros e outros assuntos.
- **Reunião 03/2021**
Data: 14 de setembro de 2021
Órgão: Conselhos Deliberativo, Fiscal e Consultivo
Pauta: Apresentação de Desempenho (1º Semestre de 2021) e outros assuntos.
- **Reunião 04/2021**
Data: 30 de novembro de 2021
Órgão: Conselho Deliberativo
Pauta: Apresentação do Planejamento Estratégico e Orçamento 2022 e outros assuntos.

O Pro Criança Cardíaca é pioneiro na implantação do modelo de Governança Humanizada. Foi a primeira organização social do Terceiro Setor no Brasil a adotar esse modelo de Governança. Em 2021, a Entidade manteve o Contrato Pro Bono com a Empresa de Consultoria OCEAN GOVERNANÇA INTEGRADA. A Entidade tem como foco colocar as pessoas no centro da tomada de decisões e espera impactar a vida de todos os envolvidos no projeto, desde a família das crianças atendidas até os fornecedores, baseando-se em três pilares: sustentabilidade, governança e impacto social. De forma a fortalecer ainda mais as diretrizes de uma boa governança a Entidade filiou-se ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Ainda em 2021, a Entidade ampliou sua pontuação de "+88" para "+93" na *Conscious Business Assessment* – pesquisa realizada pela startup "Humanizadas" – que traz o ranking das empresas mais humanizadas do Brasil.

8) Títulos Alcançados e Certificações Obtidas

O ano de 2021 trouxe também a renovação do selo Melhores ONGs, já alcançado em 2019 e 2020 e repetido este ano, colocando a Entidade entre as 100 melhores ONGs do Brasil e entre as onze do Estado do Rio de Janeiro. O prêmio, que existe desde 2017, é uma parceria do Instituto Doar, com a agência de projetos socioambientais "O Mundo Que Queremos" e a "AMBEV". O mesmo Instituto, laureou o Pro Criança em 2020, com o "Selo DOAR A+" de Gestão e Transparência. O selo baseia-se nos principais modelos de certificação internacionais para organizações da sociedade civil em relação aos códigos de conduta que adotam e julgam como padrões a excelência da estratégia, governança, financiamento, prestação de contas e outros quesitos.

9) Perspectivas para 2022

O Pro Criança Cardíaca segue acreditando também que a pandemia resgatou o significado do terceiro setor, como segmento nobre e necessário sem o qual as doações e serviços básicos simplesmente não chegariam à população carente. Da mesma forma, seguimos convencidos que uma sociedade civil forte, é capaz de fazer avançar temas que nem sempre ganham espaço na agenda pública.



Por outro lado, a Administração não deixa de considerar que os principais indicadores econômicos do país, apontam para um cenário ainda muito difícil para a economia brasileira em 2022, ano eleitoral no Brasil e que já se desenrola com um grave conflito internacional, impactando fortemente toda a economia global. O que prevê o aumento do público atendido pela Entidade e a redução da capacidade financeira de grandes doadores em continuar arcando com doações vultuosas.

Desta forma, o planejamento estratégico institucional, estima uma pequena redução – cerca de 7% – nas receitas de doações, sobretudo considerando que o saldo total de 2021 surpreendeu positivamente, se colocando 29% acima da meta estipulada. Por outro lado, é esperado um aumento considerável – cerca de 73% – na quantidade total de atendimentos que saltarão de 4.066 para 7.038.

Metas para 2022						
	Cardiológicos	Hospitalares	Nutricionais	Odontológicos	Psicológicos	Total
Atendimentos	5.346	100	728	804	60	7.038
	Boletos	Ações	Depósitos	Online	Outros	Total
Doações	336.00,00	540.000,00	1.500.000,00	24.000,00	-	2.400.000,00

As doações realizadas via boleto, não representam necessariamente um fluxo contínuo, considerando que também podem ser realizadas doações únicas através da emissão de boleto. Entendemos por "Ações" iniciativas tais como "festas solidárias", "eventos" e "campanhas específicas" realizadas pela Entidade. As doações reconhecidas como "Online" têm origem em sites como "PagSeguro", "PayPal" e outros.

Rosa Célia Pimentel Barbosa

Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68

Paulo César do Rego Monteiro

Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72

Mitzy Cremonesi Conde

Diretora Executiva
CPF: 025.254.397-16

Isabela Marques Teixeira Rangel

Diretora Médica
CRM 52.56561-1

Gabriel Valente Buzzi

Controller
CRA-RJ: 07-00425

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores do
PRO CRIANÇA CARDÍACA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do PRO CRIANÇA CARDÍACA ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PRO CRIANÇA CARDÍACA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Indeferimento do pedido de renovação CEBAS

Chamamos a atenção ao mencionado na nota explicativa nº 15, correspondente ao indeferimento do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Entidade, referente ao período compreendido entre 28 de janeiro de 2019 a 27 de janeiro de 2022. Através do Despacho nº 138, de 15 de abril de 2021 o Ministério da Saúde negou provimento ao recurso administrativo apresentado pela Entidade. Na avaliação dos advogados da Entidade e em razão da jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) e da edição da Lei Complementar (LC) nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que entrou em vigor em 17 de dezembro de 2021, a chance de perda do processo de renovação do CEBAS, quanto eventual discussão que tenha por objeto o direito da Entidade à imunidade das contribuições sociais é classificado como possível. No exercício de 2021 a administração optou por reverter a provisão da contingência que vinha sendo reconhecida desde 2020. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reclassificação de valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3.15 às demonstrações financeiras que indica que os valores correspondentes relativos à demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reclassificados para melhor divulgar as receitas de arrendamento e de doações, bem como as receitas de convênios com planos de saúde, que deixaram de existir, refletindo de forma mais adequada o novo modelo adotado pela Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

Crowe Macro Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP – 033508/O-1

Ana Lúcia Leal
Contador – CRC RJ 079.699/O-4

Fábio Debiaze Pino
Contador - CRC1SP251154/O-9

PRO CRIANÇA CARDÍACA


CNPJ 10.489.487/0001-71


BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO


EM REAIS

	<u>NOTA</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		7.915.583	24.863.760
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	7.692.130	5.861.570
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	-	18.771.460
OUTROS CRÉDITOS		223.453	230.730
ATIVO NÃO CIRCULANTE		98.543.651	65.274.000
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	19.564.058	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS		243.900	238.677
PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS	6	76.631.642	62.989.551
IMOBILIZADO	7	3.031.193	2.864.012
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	7	(927.142)	(818.240)
TOTAL DO ATIVO		106.459.234	90.137.760
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		1.647.919	713.598
FORNECEDORES	8	1.377.940	449.404
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS		225.531	212.748
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER		44.448	51.446
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		27.696	1.771.368
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	9	27.696	1.768.259
OBRIGAÇÕES FISCAIS (PARCELAMENTO)		-	3.109
PATRIMÔNIO SOCIAL	10	104.783.619	87.652.794
PATRIMÔNIO SOCIAL		87.652.794	82.869.893
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		17.130.825	4.782.901
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.459.234	90.137.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68


Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.672.267-72


Ana Cristina de Jesus
Contadora
CRC-RJ 127.948/O-0



PRO CRIANÇA CARDÍACA

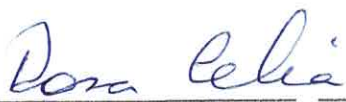
CNPJ 10.489.487/0001-71

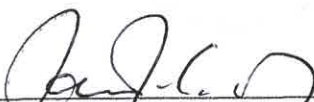
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO


EM REAIS

	NOTA	2021	2020 (reclassificado)
RECEITA BRUTA		6.940.403	6.236.201
RECEITAS DE DOAÇÃO		2.584.781	1.872.517
DOAÇÃO PESSOA JURÍDICA		904.868	934.479
DOAÇÃO PESSOA FÍSICA		1.200.548	938.038
DOAÇÕES INTERNACIONAIS		479.365	-
RECEITAS DE ARRENDAMENTO	11	4.355.622	4.363.684
RECEITA FIXA		4.279.284	3.989.097
RECEITA VARIÁVEL		76.338	374.587
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		-	-
RECEITA LÍQUIDA		6.940.403	6.236.201
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES	12	(8.056.525)	(3.980.179)
SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS GRATUITOS		(4.892.177)	(2.476.612)
CUSTO COM ATENDIMENTOS HOSPITALARES		(3.027.775)	(1.168.199)
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		(99.075)	(229.209)
MATERIAIS E MEDICAMENTOS		(37.498)	(106.159)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) BRUTO		(1.116.122)	2.256.022
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(4.787.843)	(4.269.336)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		(2.558.248)	(2.581.106)
(-) SERVIÇOS CONTRATADOS		(1.565.532)	(1.175.385)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(555.159)	(428.328)
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(108.904)	(84.517)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		8.245.256	4.645.904
SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS GRATUITOS		4.892.177	2.476.612
REVERSÃO RESERVA DE CONTINGÊNCIAS		2.180.628	1.217.366
SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS OBTIDOS	13	1.048.028	792.811
DOAÇÕES DE MATERIAIS		102.048	81.748
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS		22.375	21.480
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS INCOBRÁVEIS		-	55.887
(=) SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.341.291	2.632.590
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		1.147.443	520.295
(+) RECEITAS FINANCEIRAS		1.162.614	569.405
(-) JUROS DE EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS		(13.287)	(11.255)
(-) DEMAIS DESPESAS FINANCEIRAS		(1.884)	(37.855)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	14	13.642.091	1.630.016
(+/-) RESULTADO NO AJUSTE A VALOR JUSTO		13.642.091	1.630.016
(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		17.130.825	4.782.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68


Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.267-72


Ana Cristina de Jesus
Contadora
CRC-RJ 127.948/O-0



PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM REAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>17.130.825</u>	<u>4.782.901</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
(=) RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>17.130.825</u>	<u>4.782.901</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68

Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.267-72

Ana Cristina de Jesus
Contadora
CRC-RJ 127.948/O-0

PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVAL. PATRIMONIAL	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	62.451.183	4.838.258	15.580.452	82.869.893
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT	20.418.710	(4.838.258)	(15.580.452)	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT DE 2020	-	-	4.782.901	4.782.901
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	82.869.893	-	4.782.901	87.652.794
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT	4.782.901	-	(4.782.901)	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT DE 2021	-	-	17.130.825	17.130.825
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	87.652.794	-	17.130.825	104.783.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rosa Célia

Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68

Paulo César

Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72

Ana Cristina de Jesus

Ana Cristina de Jesus
Contadora
CRC-RJ 127.948/O-0

PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	17.130.825	4.782.901
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÕES	108.902	84.517
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	(1.740.563)	491.548
RESULTADO NO AJUSTE A VALOR JUSTO	<u>(13.642.091)</u>	<u>(1.630.016)</u>
	1.857.073	3.728.950
VARIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		
REDUÇÃO DO SERVIÇOS SAÚDE A RECEBER	-	50.308
REDUÇÃO DOS OUTROS CRÉDITOS	7.277	38.590
AUMENTO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS	(5.223)	(5.303)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS FORNECEDORES	928.536	(762.176)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	12.783	(1.309.402)
(REDUÇÃO) DAS ANTECIPAÇÕES DE RECEITAS	-	(41.490)
(REDUÇÃO) DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER	<u>(10.107)</u>	<u>(67.957)</u>
(=) FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.790.339	1.631.520
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
AQUISIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(792.598)	(446.809)
AQUISIÇÃO/COMPRA DE INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO	<u>(167.181)</u>	<u>(380.760)</u>
(=) FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(959.779)	(827.569)
(=) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.830.560	803.951
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.861.570	5.057.619
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>7.692.130</u>	<u>5.861.570</u>
(=) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.830.560	803.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68



Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.267-72



Ana Cristina de Jesus
Contadora
CRC-RJ 127.948/O-0



PRO CRIANÇA CARDÍACA
CNPJ 10.489.487/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 EM REAIS

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Pro Criança Cardíaca (Entidade) é uma associação sem finalidade de lucro, beneficente, de assistência social e filantrópica, com âmbito de atuação nacional. Desta forma, as suas finalidades institucionais compreendem a realização das seguintes atividades:

- Promover o atendimento e tratamento médico, cirúrgico, odontológico, psicológico, nutricional e assistencial gratuito para crianças e adolescentes carentes portadores de cardiopatia;
- Promover, apoiar, favorecer e divulgar atividades de assistência social, visando à proteção da infância e adolescência, através do desenvolvimento de projetos de caráter social; inclusive apoiando as famílias das crianças e adolescentes atendidos pela Associação.

A Associação possui filial na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Dona Mariana nº 220 – Mezanino, Botafogo, CEP 22280-020, com o objetivo de viabilizar a venda de produtos do Pro Criança Cardíaca, sejam de fabricação própria ou de parcerias colaborativas, como atividade meio da Associação com a finalidade de arrecadação de fundos para a sua sustentabilidade e cumprimento do objeto social, podendo tal filial atuar em atendimento presencial e/ou via e-commerce.

1.1) Continuidade dos Serviços Hospitalares

Em 21 de dezembro de 2018, a Entidade celebrou o contrato de locação do imóvel onde se instala a unidade de negócio Hospital Pediátrico Pro Criança – Jutta Batista (Hospital); tendo como parte relacionada na transação a empresa Hospitais Integrados da Gávea – Clínica São Vicente (CSV), integrante do grupo econômico da Rede D'Or São Luiz S.A (RDSL).

O contrato de locação tem vigência de 15 (quinze) anos, com início em 01 de março de 2019 e término em 28 de fevereiro de 2034.

Considerando os valores pactuados neste instrumento, a Entidade mantém a sua capacidade de atividades de serviços de saúde, em sua unidade ambulatorial, integralmente gratuitos para os seus beneficiários. Ademais, para os beneficiários que necessitam de cirurgias cardíacas, a pactuação permite também a realização de procedimentos cirúrgicos e exames relacionados, no Hospital, em parte financiados pela CSV.

O contrato de locação do imóvel e de cessão de ônus para exploração econômica do Hospital garante a sustentabilidade econômica de longo prazo da Entidade.

1.2) Abertura filial (Loja)

Em 16 de novembro de 2021, a Entidade obteve a regularização de sua filial, ficando apta e em conformidade para passar a operar no comércio varejista, vendendo produtos da própria Entidade e/ou de parceiros com a renda revertida integral ou parcialmente para o Projeto.

As vendas concentram-se em um quiosque localizado no mezanino do Hospital Pro Criança Jutta Batista, além de ocorrerem em menor proporção também na sede da Entidade e em eventos beneficentes ou solidários aos quais o Pro Criança é convidado a expor seus produtos. A abertura da filial constitui-se é parte essencial do planejamento estratégico traçado pela Administração para valorizar a marca da Entidade e ampliar seu poder de captação, junto às empresas e possíveis novos doadores.



1.3) Mensuração dos efeitos do Covid -19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Dentre as medidas orientadas pelo Conselho Diretor da Entidade e adotadas pela equipe para enfrentar a COVID-19, destacamos:

- Adoção de protocolos de segurança indicado pelo Ministério da Saúde;
- Manutenção das atividades ambulatoriais (cardiológicas);
- Distribuição de máscaras descartáveis e álcool em gel;
- Investimento em renovação tecnológica;
- Manutenção no quadro de colaboradores com pagamento integral dos salários e benefícios;
- Opção pelo não afastamento pelo INSS de qualquer colaborador durante o período da pandemia;
- Manutenção de contratos de fornecedores; e
- Incremento total das horas de capacitação da equipe.

A pandemia não acarretou impactos nas Demonstrações Financeiras do Pro Criança Cardíaca para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

2 – BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Base de Preparação

Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins de lucros e NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 23 de março de 2022.

2.2) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. As propriedades para investimento são mensuradas a valor justo.

2.3) Moeda funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Entidade atua.

2.4) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras consideraram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, que são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) Estimativa das vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade;
- (b) Análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, como estimativas de probabilidade de perdas para contingências;
- (c) Estimativa de valorização dos atendimentos ambulatoriais; e
- (d) Estimativa de valorização dos trabalhos voluntários ao valor justo.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.



3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

3.1) Regime de Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos exercícios a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

3.2) Segregação de Atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas considerando a segregação de atividades, no que couber.

3.3) Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição.

Equivalentes de Caixa – Aplicação Financeira

Ao final de cada período de referência, a Entidade avalia suas aplicações financeiras pelo valor justo e reconhece as mudanças no valor justo no resultado.

3.4) Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros da Entidade são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 4) e títulos e valores mobiliários (nota explicativa 5). Os passivos financeiros da Entidade estão substancialmente representados por fornecedores (nota explicativa 8).

A Entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou um passivo financeiro é avaliado pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado.

3.5) Propriedades para Investimentos

As propriedades para investimentos, cujo valor justo pode ser avaliado de forma confiável, sem custo ou esforços excessivos, são avaliadas pelo valor justo a cada balanço com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

3.6) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários (fundos de investimentos) representam aplicações financeiras com utilização restrita e de longo prazo. Tal medida foi tomada com foco na gestão financeira, para constituir e preservar uma reserva de fundos, para lastro em uso de situações operacionais difíceis ou novos investimentos de longo prazo.



3.7) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.8) Redução ao Valor Recuperável

Em cada data de divulgação, a Entidade aplica o teste de revisão do valor recuperável, para determinar se um item ou um grupo de itens do ativo imobilizado está desvalorizado e, nesse caso, como reconhecer e mensurar a perda pela redução ao valor recuperável do ativo.

3.9) Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

3.10) Apuração do Resultado do Exercício

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e; ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Social.

3.11) Receitas de Doações

As receitas de doações são variáveis, não existindo um compromisso firmado entre as partes do valor a ser doado e normalmente variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer à instituição. Desta forma, estas receitas são apenas reconhecidas quando a certeza de sua realização, ou seja, são reconhecidas apenas quando do seu recebimento.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.12) Serviços Voluntários Obtidos

O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração e seus conselheiros, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

3.13) Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenções Fiscais Usufruídas

A renúncia fiscal relacionada com a atividade é evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

A isenção é um tipo de subvenção governamental. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, o registro da subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

A imunidade fiscal (CF, art. 150) ocorre de maneira tácita, pela caracterização de Entidade sem fins lucrativos. Portanto não havendo a obrigação presente pelo alcance da tributação; o reconhecimento contábil não é efetuado para os impostos afastados pela imunidade fiscal.



3.14) Gratuidades

O benefício concedido como gratuidade por meio dos atendimentos médicos, é reconhecido pelo valor do custo efetivamente incorrido. Da mesma forma, é mensurado ao custo, o benefício reconhecido como gratuidade obtida por meio de procedimentos hospitalares realizados.

3.15) Reclassificação das Demonstrações Financeiras

Após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em 30 de março de 2021, a Entidade concluiu sobre a necessidade de efetuar reclassificações referentes aos saldos findos em 31 de dezembro de 2020.

Tal decisão se deve a adoção de novo modelo de negócio adotado pela Entidade desde 01 de março de 2019, quando da celebração do contrato atípico de arrendamento do Hospital Pro Criança Jutta Batista para a Clínica São Vicente – CSV, entregando a operação do Hospital para gestão da Rede Dor São Luiz.

Até esta ocasião, as mais relevantes receitas da Entidade eram os repasses recebidos dos convênios com planos de saúde, oriundos de internações e procedimentos hospitalares. Com a celebração do referido contrato, a receita de arrendamento originária deste ato, tornou-se o montante mais relevante entre as receitas da Entidade.

Com a finalidade de que isto esteja claramente refletido nestas demonstrações financeiras, optou-se por reclassificar as receitas de arrendamento e de doações, bem como as receitas de convênios com planos de saúde, que deixaram de existir.

Abaixo resumo dos montantes conforme reclassificação dos saldos em 31 de dezembro de 2020:

Anteriormente apresentado		Reclassificado	
PLANOS DE SAÚDE PRIVADOS E PARTICULARES	(253.701)	MATERIAIS E MEDICAMENTOS	(88.111)
	-	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	(165.590)
	(253.701)		(253.701)
SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS GRATUITOS	(7.701.526)	MATERIAIS E MEDICAMENTOS	(18.048)
	-	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	(63.619)
	-	CUSTO COM ATENDIMENTOS HOSPITALARES	(1.168.199)
	-	SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS GRATUITOS	(2.476.612)
	-	(-) DESPESAS COM PESSOAL	(2.425.699)
	-	(-) SERVIÇOS CONTRATADOS	(1.173.109)
	-	(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(376.240)
	(7.701.526)		(7.701.526)
(-) PESSOAL ADMINISTRATIVO	(155.407)	(-) DESPESAS COM PESSOAL	(155.407)
(-) SERVIÇOS CONTRATADOS	(2.276)	(-) SERVIÇOS CONTRATADOS	(2.276)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(52.088)	(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(52.088)
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(84.517)	(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(84.517)
DOAÇÕES	1.954.265	RECEITAS DE DOAÇÃO	1.872.517
		DOAÇÕES DE MATERIAIS	81.748
	1.659.977		1.659.977
PARCERIAS COM EMPRESAS PRIVADAS	2.476.612	SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS GRATUITOS	2.476.612
LOCAÇÃO DE IMÓVEL	4.363.684	RECEITAS DE ARRENDAMENTO	4.363.684



4 – CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	615	3.780
Banco conta movimento	22.131	20.476
Aplicações financeiras	7.669.384	5.837.314
Total	7.692.130	5.861.570

As aplicações financeiras da Entidade estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Entidade tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, as quais são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 2019, a Administração remanejou seus excedentes de caixa para um fundo de carteira de investimento, diversificando suas aplicações financeiras.

A Entidade reavaliou sua carteira de investimentos administrada pela JGP Wealth Management, durante o exercício de 2021. Visando melhores rendimentos, esta reavaliação implicou na redução de liquidez dos investimentos e aporte do montante investido em fundo de longo prazo.

Visando melhores resultados e a uma análise do investimento, em 2021 esta carteira foi considerada como fundo de investimento de longo prazo.

A carteira é segregada conforme a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Renda Fixa	11.263.815	14.006.858
Multimercado	5.722.123	3.647.480
Carteira Oportunistica	1.554.814	803.344
Long Short	642.778	316.295
Renda Variável	383.917	-
Outros	(3.389)	(2.517)
Total	19.564.058	18.771.460
Circulante	-	18.771.460
Não circulante	19.564.058	-

6 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

As propriedades para investimento são compostas pelos imóveis destinados a geração de renda de aluguéis.

A Administração observa a seguinte hierarquia para estimar o valor justo:

A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico em mercado ativo. Este normalmente é o preço de compra corrente.

Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de transação recente para ativo idêntico fornece evidência de valor justo, enquanto não houver mudanças significativas nas circunstâncias econômicas ou significativo decurso de tempo desde a ocorrência da transação. Se a Entidade pode demonstrar que o preço da última transação não é uma boa estimativa do valor justo (por exemplo, porque reflete o valor que a Entidade pode receber ou pagar em transação forçada, liquidação involuntária ou venda por dificuldade), ajusta-se o preço.



Se o mercado para o ativo não está ativo e as transações recentes envolvendo ativo idêntico por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a Entidade estima o valor justo utilizando uma técnica de avaliação. O objetivo de usar uma técnica de avaliação é estimar qual seria o preço da transação na data da avaliação em uma troca entre partes não relacionadas, motivadas por considerações normais de negócios.

Todos os ativos reconhecidos como propriedades para investimentos nestas demonstrações, estão estimados pelo valor justo utilizando técnica de avaliação suportada por laudo interno.

Descrição	2020	(+/-) Ajuste a Valor Justo - Resultado	2021
Imóveis – Próprios	788.541	89.771	878.312
Imóvel – Hospital	62.196.249	13.552.320	75.748.569
Outros	4.761	-	4.761
Total	62.989.551	13.642.091	76.631.642

7 – IMOBILIZADO

Em 2021, ocorreram a seguintes movimentações nos ativos imobilizados.

Bens em Operação - Custo	2020	(+) Aquisições	(-) Depreciação Acumulada	2021
Terrenos	1.379.261	-	-	1.379.261
Imóveis	230.065	101.590	(32.238)	299.417
Instalações	13.225	-	(2.300)	10.925
Máquinas e Equipamentos	10.423	-	(1.259)	9.164
Equipamentos de Informática	24.036	21.715	(30.782)	14.969
Equipamentos de Comunicação	-	6.599	(440)	6.159
Móveis e Utensílios	18.624	16.078	(11.556)	23.146
Softwares	1.563	-	(1.563)	-
Equipamentos Médicos	368.575	21.199	(28.764)	361.010
Total	2.045.772	167.181	(108.902)	2.104.051

A seguir, destacamos o montante de depreciação, reconhecida em 2021, para cada classe de imobilizado:

(-) Depreciação Acumulada	Taxa Anual %	Depreciação 2021
Imóveis	4	32.238
Instalações	10	2.300
Máquinas e Equipamentos	10	1.259
Equipamentos de Informática	20	30.782
Equipamentos de Comunicação	20	440
Móveis e Utensílios	10	11.556
Softwares	20	1.563
Equipamentos Médicos	6,67	28.764
Total		108.902

7.1) Revisão da Vida Útil

Na alocação do valor depreciável dos itens de ativo imobilizado, a determinação da vida útil foi revisada, considerando os seguintes fatores:

- Uso esperado do ativo. O uso é avaliado com base na capacidade esperada do ativo ou na produção;



- Desgaste e quebra física esperada, que depende de fatores operacionais, como, por exemplo, o número de turnos para os quais o ativo é utilizado, programas de reparo e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço resultante do ativo; e
- Limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos arrendamentos mercantis relacionados.

7.2) Teste de Redução ao Valor Recuperável

A Entidade avaliou a existência de qualquer indicação de que um ativo imobilizado possa estar desvalorizado, não verificando tal indicação.

8 – FORNECEDORES

Descrição	2021	2020
Procedimentos Hospitalares a Pagar (*)	1.218.770	230.636
Fornecedores a Pagar	155.498	212.173
Cartão de Crédito a Pagar	3.672	6.595
Total	1.377.940	449.404

(*) Referem-se as internações e aos procedimentos invasivos necessários aos pacientes da Entidade, realizados no Hospital Pro Criança Jutta Batista, os quais excedem à cota de gratuidade prevista no contrato atípico celebrado entre a Entidade e a Clínica São Vicente (CSV). Estes procedimentos são faturados mensalmente, respeitando os menores preços praticados pela Rede D'Or São Luiz S.A (RDSL) na referida unidade hospitalar e pagos pela Entidade em até 90 dias.

9 – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

Em 2021, a Entidade avaliou os seus riscos contingenciais, com base em fundamentos das jurisprudências já existentes. A avaliação de risco tem objetivo classificá-los da melhor forma, de acordo com as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação: prováveis, possíveis e remotas.

As contingências cujos riscos de perda são classificados "prováveis" são integralmente reconhecidas no passivo.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, julgamos que há uma causa trabalhista – oriunda da época da gestão do Hospital – com montante a ser reconhecido como perda em processos judiciais em 31 de dezembro de 2021.

Descrição	2021	2020
Causas Previdenciárias	-	545.126
Causas Trabalhistas	27.696	1.223.133
Total	27.696	1.768.259

A exclusão de causas previdenciárias em 2021, se deve à publicação da Lei Complementar 187/2021 em 16 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 15.

Em março de 2021, prescreveu o prazo para solicitação de pagamento do dissídio coletivo por parte dos funcionários administrativos do Hospital à época da gestão da Entidade. Conforme orientação dos advogados, a partir desta data, a chance de decisão judicial pelo pagamento total de R\$1.223.133 ou parcial deste valor é muito baixa, considerando a jurisprudência existente e o entendimento jurídico-trabalhista em vigência.



Adicionalmente informamos que a Entidade possui o montante de R\$2.351.864 correspondente a ações classificadas como perdas possíveis.

10 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade é composto do superávit e déficits acumulados das atividades correntes da Entidade, os quais serão integralmente aplicados na manutenção de seus objetivos sociais.

11 – RECEITAS DE ARRENDAMENTO

Em 01 de março de 2019, iniciou-se o contrato de arrendamento do imóvel do Hospital; tendo como parte relacionada a Clínica São Vicente (CSV), integrante do grupo econômico da Rede D'Or São Luiz S.A (RDSL).

O contrato de locação tem vigência de 15 (quinze) anos, com término previsto em 28 de fevereiro de 2034.

No exercício de 2021, a Entidade auferiu o total de R\$4.355.622 (R\$4.363.684 em 2020), referente à receita decorrente deste contrato.

12 – CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES

12.1) Gratuidades Concedidas

A mensuração das ações de gratuidades no âmbito da saúde é reconhecida pelo valor do custo praticado.

Os custos de prestações de serviços consistem principalmente em mão-de-obra e outros custos com o pessoal diretamente envolvido na prestação dos serviços, incluindo o pessoal de supervisão, o material utilizado e os custos indiretos atribuíveis, aplicáveis até 28 fevereiro de 2019, quando cessou a gestão da Entidade no Hospital.

12.2) Custos da Entidade

Os custos da Entidade se caracterizam pela apropriação integral de todos os gastos (custos diretos, indiretos e despesas operacionais) aos serviços, conforme método de custeio integral. Estes passam a ter um custo total, pois, além dos custos diretos, absorvem também todos os gastos como custos indiretos.

Através do sistema de centros de resultado implantado na Entidade, é possível segregar todos os gastos da sede, isolando especificamente aqueles que se referem efetivamente a atividade fim da Entidade, possibilitando classificá-los como Custo, tais como:

- Consumo de medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais;
- Consumo de gêneros alimentícios aplicados na elaboração de refeições dos pacientes;
- Materiais utilizados em exames e no serviço de apoio à diagnose e terapia;
- Valor de honorários médicos vinculados aos atendimentos e procedimentos realizados; e
- Outros valores aplicados em atividades destinadas a assistência social de pacientes.

13 – SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS OBTIDOS

Descrição	2021	2020
Voluntários - Pessoa Jurídica	441.545	226.992
Voluntários - Pessoa Física	35.070	-
Voluntários - Dirigentes Estatutários	571.413	565.819
Total	1.048.028	792.811

A mensuração do serviço voluntário obtido, junto aos membros da diretoria estatutária, considera os mesmos critérios trazidos pela Lei 12.868/2013, prevendo a possibilidade de remuneração bruta num montante até 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal.



14 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Descrição	2021	2020
Ajuste a valor justo do Imóvel "Hospital"	13.552.320	1.608.883
Ajuste a valor justo dos demais imóveis	89.771	21.133
Total	13.642.091	1.630.016

15 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em 27 de dezembro de 2019, o Ministério da Saúde - MS indeferiu o pedido de renovação do CEBAS para o período compreendido entre 28 de janeiro de 2019 a 27 de janeiro de 2022.

No entanto, considerando as conclusões apresentadas no PARECER TÉCNICO Nº 774/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, a Entidade protocolou tempestivamente o recurso administrativo solicitando a reconsideração por parte da análise técnica do MS. Até o momento desta apresentação, não houve decisão sobre o recurso administrativo interposto.

Considerando que o requerimento de renovação da certificação foi protocolado no prazo previsto no §1º do art. 24 da Lei nº 12.101, de 2009, os efeitos do indeferimento passaram a contar a partir da data de publicação da decisão no Diário Oficial da União, segundo determina o art. 6º, inciso II, do Decreto 8.242/2014.

Conforme avaliação dos advogados da Entidade, a chance de perda do processo de renovação do CEBAS (na medida em que a discussão está diretamente relacionada com o juízo de valor acerca dos documentos apresentados nos autos do processo) quanto em eventual discussão que tenha por objeto o direito da Entidade à imunidade das contribuições sociais é classificado como possível.

Segundo o mesmo, "o processo administrativo de renovação do CEBAS não representa, por si só, uma contingência para o Pro Criança. No entanto, como a legislação 'exige' que a entidade seja portadora do CEBAS para reconhecimento da imunidade das contribuições sociais, há um risco em potencial de que venham a ser exigidas determinadas contribuições sociais relativas ao período em que a entidade não detém o CEBAS válido."

Com isso, no pior cenário, "as autoridades poderiam exigir (i) contribuições previdenciárias (patronal e SAT), (ii) contribuições destinadas a outras entidades (FNDE, INCRA, SENAC, SESC e SEBRAE), (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas que não decorrerem de atividades próprias e (iv) Contribuição para Programa de Integração Social - PIS à alíquota de 1% sobre a folha de salários (na eventualidade de o Pro Criança não o recolher)."

Porém, mesmo que haja essa exigência, "uma autuação não significa que o Pro Criança terá que imediatamente recolher as contribuições sociais que eventualmente venham a ser exigidas pelo Fisco; ou caso venha a ser lavrado algum auto de infração, o Pro Criança poderá impugná-lo, o que já garantirá a suspensão de todo o crédito tributário eventualmente exigido (sem a necessidade de apresentar qualquer garantia) durante a fase administrativa do processo e, se o desfecho for desfavorável, será possível questionar a cobrança na via judicial." Atendendo ao princípio do conservadorismo, a Administração da Entidade decidiu reconhecer contabilmente a contingência a partir de 2020, realizando a respectiva provisão, mesmo tendo obtido a classificação de probabilidade de perda "possível" dos seus advogados não havendo, portanto, a obrigatoriedade no reconhecimento da mesma, nos termos do CPC 25.

Em 2021, em razão da jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) e da edição da Lei Complementar (LC) nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que entrou em vigor em 17 de dezembro de 2021, determinando que:

"ficam extintos os créditos decorrentes de contribuições sociais lançados contra instituições sem fins lucrativos que atuam nas áreas de saúde, de educação ou de assistência social, expressamente motivados por decisões derivadas de processos administrativos ou judiciais com base em



dispositivos da legislação ordinária declarados inconstitucionais, em razão dos efeitos da inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n°s 2028 e 4480 e correlatas” (art. 41).

A Administração optou por reverter a provisão da contingência que vinha sendo reconhecida desde 2020.

16 – IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

16.1) Característica da imunidade

O Pro Criança Cardíaca é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, conforme previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional e, por isso, imune no qual usufrui das seguintes características:

- A Entidade é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); e
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

16.2) Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), onde demonstram:

- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 12 do Estatuto Social);
- Aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); e
- Manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 40 do Estatuto Social).

17 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Os seguros têm por objetivo reembolsar, até o limite máximo da importância segurada das quantias pelas quais o Segurado vier a ser o responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela Seguradora, relativas às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência deste contrato e que decorram de riscos cobertos.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Entidade que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.



18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e equivalem ao seu valor contábil.

Os principais instrumentos financeiros da Entidade são:

- Caixa e equivalentes de caixa – apresentados ao seu valor contábil, que equivale ao valor justo;
- Títulos e valores mobiliários – apresentados ao seu valor contábil, que equivale ao valor justo; e
- Contas a pagar – registrados pelos valores originais, acrescidos da atualização monetária aplicável.

Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

19 – COMPROMISSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1) Início da Operação de Vendas (Filial)

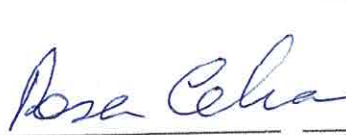
Em novembro de 2021 a Entidade obteve a regularização de sua filial, uma loja com a finalidade de vender produtos da própria Entidade e/ou de parceiros com a renda revertida integral ou parcialmente para o Projeto.

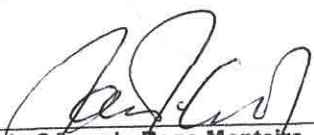
A operação da loja teve início em 08 de março de 2022, quando foi reinaugurado o quiosque localizado no mezanino do Hospital Pro Criança Jutta Batista, em Botafogo, Rio de Janeiro - RJ.


20.2) Recolhimento da Contribuição Previdenciária

Com o indeferimento do pedido de renovação do CEBAS para o período compreendido entre 28 de janeiro de 2019 a 27 de janeiro de 2022, conforme a nota explicativa 15 e a não solicitação de novo pedido para período posterior, a Entidade passou a realizar o recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, os valores recolhidos foram, respectivamente: R\$ 38.179 e R\$ 38.266.


Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68


Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.672.257-72


Ana Cristina de Jesus
Contadora
CRC-RJ 127.948/O-0